



## ATA DA DUCENTÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 18.04.2011

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e onze, às dezoito horas e quarenta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, rua Hermann August Lepper, nº 1100, Saguazu, realizou-se a ducentésima terceira Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS-Jlle, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida procedeu à leitura da Pauta do dia: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **1.2** Entregas das atas das assembleias dos dias 24.03.11 e 28.03.11; **1.3** Aprovação das atas das assembleias dos dias 17.08.09 e 21.03.11; **As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. 1.4** Convite aos conselheiros : *Mobilização do Conselho Municipal de Saúde na Praça Nereu Ramos, dia 29.04.11, das 14 às 18 horas*; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** Apresentação e aprovação do Parecer nº 08/2011 da Comissão de Assuntos Internos e de Orçamentos e Finanças (CAI) referente aos resultados da auditoria realizada na Instituição Bethesda Hospital e Maternidade, no período de 30/11 à 04/12/2009 – 5'; **2.2** Apresentação e aprovação do Parecer nº 09/2011/CAI - Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 1º trimestre de 2010 – 5'; **2.3** Apresentação e aprovação do Parecer nº 10/2011/CAI - Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 2º trimestre de 2010 – 5'; **2.4** Apresentação e aprovação do Parecer nº 11/2011/CAI - Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 3º trimestre de 2010 – 5'; **2.5** Apresentação e aprovação do Parecer nº 12/2011/CAI - Prestação de Contas e Balanço Patrimonial 2009 da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD) – 5'; **2.6** Apresentação e aprovação do Parecer nº 14/2011/CAI – Plano Anual de Metas 2011 DST/HIV/Aids – 5'; **2.7** Apresentação e aprovação do Parecer nº 15/2011/CAI – Revisão do Planejamento do Conselho Municipal de Saúde 2011 – 5'; **2.8** Apresentação e aprovação do Parecer nº 16/2011/CAI – Revisão do Plano Plurianual 2012 – 5'; **2.9** Apresentação e aprovação do Parecer nº 17/2011/CAI – Revisão dos Prazos para apresentação dos Instrumentos de Gestão ao CMS – 5'; **2.10** Apresentação e aprovação do Parecer nº 18/2011/CAI - Prestação de Contas da ONG Abrigo Animal referente aos meses de junho, julho e agosto de 2010 – 5'; **2.11** Apresentação e aprovação do Parecer nº 19/2011/CAI - Prestação de Contas da ONG Abrigo Animal referente aos meses de setembro e outubro de 2010 – 5'; **2.12** Apresentação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) - Associação Arco-Iris - 15'; **2.13** Apresentação do Plano de Ação 2011 do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) – José Fausto - 20'; **2.14** Apresentação da Prestação de contas referente ao ano de 2010 da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD) – Jeovane Nascimento do Rosário – 20'; **3-ASSUNTOS DIVERSOS 4- INFORMES GERAIS.** Solicitações de inclusão de Pauta: conselheiro José Martins solicitou espaço a fim de repassar algumas informações; a Presidente solicitou inclusão para apresentação do Cronograma de Visitas da Comissão de Assuntos Externos-CAE e para rediscussão da deliberação do CMS-Jlle, referente a sua representatividade nas Comissões de acompanhamento de Contratos e Convênios, e em Conselhos Gestores e Administrativos; e a Comissão de Assuntos Internos-CAI solicitou a exclusão do item 2.6. **A Pauta e as solicitações de inclusão e exclusão de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. 1.4** A Presidente informou que a Comissão de Capacitação está organizando um dia de mobilização do CMS-Jlle, no dia vinte e nove de abril, das quatorze às dezoito horas, na Praça Nereu Ramos. Convidou todos conselheiros, municipais e locais a se fazerem presentes neste evento, onde a população receberá informações referente a importância e o funcionamento dos Conselhos de Saúde e do Sistema Único de Saúde-SUS. **2.1** Conselheiro José Martins, membro da Comissão de Assuntos Internos-CAI, cumprimentou todos os presentes e procedeu a leitura dos Pareceres da Comissão: *“PARECER Nº 08/2011 ANÁLISE E PARECER DO OFÍCIO Nº 0356/2010, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS, REFERENTE AOS RESULTADOS DA AUDITORIA REALIZADA NA INSTITUIÇÃO BETHESDA HOSPITAL E MATERNIDADE, NO PERÍODO DE 30/11 À 04/12/2009 Considerando, - o encaminhamento do Relatório Final da Auditoria nº 8553, realizada pelo Serviço de Auditoria em Santa Catarina, na Instituição Bethesda Hospital e Maternidade, realizada no ano de 2009; - que a Secretaria Municipal de Saúde esclareceu à Comissão itens relacionados à procedimentos de vasectomia/mês; SUGERE-SE: Que a Comissão de Assuntos*

Externos inclua em sua agenda, visitas trimestrais à Instituição, para acompanhamento e fiscalização da regularização dos itens apontados na auditoria.” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes**, sendo que o conselheiro Josafá Távora absteve-se do voto. **2.2 “PARECER Nº 09/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC 1º TRIMESTRE DE 2010** Considerando, - o balancete enviado pela Secretaria Municipal de Saúde, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010, avaliado pela comissão, com assessoria contábil; - a reunião realizada na data do dia 23.02.11, entre Comissão e Gerência Administrativa e Financeira da SMS; - que foram esclarecidos os itens relativos à repasses financeiros, gastos com média e alta complexidade, gastos com viagens, serviços terceirizados e licitações; **SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC, REFERENTE AO 1º TRIMESTRE DE 2010” O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** **2.3 “PARECER Nº 10/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC 2º TRIMESTRE DE 2010** Considerando, - o balancete enviado pela Secretaria Municipal de Saúde, referente aos meses de abril, maio e junho de 2010, avaliado pela comissão, com assessoria contábil; - a reunião realizada na data do dia 23.02.11, entre Comissão e Gerência Administrativa e Financeira da SMS; - que foram esclarecidos os itens relativos à locação de veículos e imóveis; - que foi apresentado à comissão uma lista de imóveis e veículos locados, conforme solicitação anterior, desta comissão. **SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC, REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2010” O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** **2.4 “PARECER Nº 11/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC 3º TRIMESTRE DE 2010** Considerando, - o balancete enviado pela Secretaria Municipal de Saúde, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2010, avaliado pela comissão, com assessoria contábil; - a reunião realizada na data do dia 23.02.11, entre Comissão e Gerência Administrativa e Financeira da SMS; - que foram esclarecidos os itens relativos à Planos de Saúde ( Vita Serv e Serv Saúde), contratos e convênios, serviços de telecomunicações, multas de trânsito e judicialização. **SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE-SC, REFERENTE AO 3º TRIMESTRE DE 2010” Manifestações:** A Presidente questionou como é feita a contabilidade referente a multas de trânsito. Senhor Valmor João Machado, conselheiro local de saúde e assessor contábil da CAI, esclareceu que as multas são descontadas dos motoristas que cometerem a infração, porém, a Secretaria Municipal de Saúde-SMS facilita o pagamento para estes funcionários, descontando em parcelas. Por isso, o valor referente a essas multas aparecem na contabilidade da SMS, embora quem realmente pague o valor seja o funcionário. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** **2.5 “PARECER Nº 12/2011 BALANÇO PATRIMONIAL E CONTÁBIL REFERENTE O ANO DE 2009 DA ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE-ARCD** Considerando, -o encaminhamento à Comissão de Orçamento e Finanças (COFIN), do balanço patrimonial e contábil referente o ano de 2009 da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD), na Assembleia Geral Ordinária do dia 29.03.2010; -o reenvio das matérias à CAI em função da desativação da COFIN; -a presença do Diretor Administrativo e Financeiro da Instituição em reunião da COFIN no dia 14.10.10, e em reunião da CAI no dia 02.03.11; -o Memorando Interno nº 84/2011-PGM (Procuradoria Geral do Município), em resposta aos questionamentos e dúvidas encaminhados pela CAI através do Memorando Interno 001/2011-CMS; -que a comissão solicitou à ARCD o Demonstrativo dos Resultados do Exercício 2009 (DRE); -que este documento apresentou divergências quando comparado ao balanço; -que foi solicitado à ARCD esclarecimentos quanto às divergências apontadas pela comissão; -que a ARCD justificou através do ofício nº 078, que a instituição havia passado por auditoria onde foram detectadas algumas divergências nas contas e por orientação dos auditores foram realizados os ajustes necessários, encaminhando à Comissão novos documentos; -que os documentos enviados junto ao ofício nº 078 (balanço e DRE 2009) embora concordassem entre si, divergiam dos documentos enviados anteriormente; A Comissão de Assuntos Internos e de Orçamentos e Finanças remete à Plenária a decisão a ser tomada, neste caso.”

**Manifestações:** Conselheiro José Martins, expressou opinião de que, devido a divergências de valores apresentadas, seria necessário a solicitação de uma auditoria. Doutora Tamara, diretora técnica da ARCD, manifestou-se, dizendo que a Instituição passou por uma auditoria recente, que envolveu os anos de dois mil e seis a dois mil e dez e, que as divergências nos números aconteceram devido as mudanças realizadas na contabilidade por solicitação desta auditoria. A Presidente colocou em aprovação o balanço patrimonial e contábil referente ao ano de 2009 da ARCD. **O balanço NÃO foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente sugeriu a solicitação de uma auditoria na ARCD ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS-DENASUS. **A solicitação de auditoria foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** O Diretor Administrativo e Financeiro da Instituição, senhor Jeovane, comprometeu-se a entregar o Relatório da Auditoria realizada, na Secretaria Executiva do CMS-Jlle no próximo dia pela manhã. Acrescentou que as diferenças apresentadas nos valores devem-se a esta auditoria, mas ao analisar o Relatório, todas as dúvidas serão sanadas. Informou também que a auditoria foi realizada pela empresa “Moore Stephens”. **2.7 “PARECER Nº 15/2011 PLANEJAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE 2011 Considerando, - o Plano Plurianual 2010-2013, que prevê dotação orçamentária no valor de R\$. 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), anuais, para o Conselho Municipal de Saúde; - o Planejamento do Conselho Municipal de Saúde 2011, apresentado na Assembleia Geral Ordinária do dia 31.01.2011; - a revisão do planejamento, realizada pela comissão, sugere-se a aprovação do referido Planejamento, conforme segue:**

#### 1- Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias

a) Realizar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a demanda; R\$ 10.000,00

b) Organizar Assembleias Trimestrais com os conselhos locais de saúde; R\$ 1.000,00

Subtotal R\$ 11.000,00

#### 2- Capacitações para conselheiros municipais e Comissões Permanentes

a) Promover capacitações para conselheiros municipais com ênfase no trabalho das Comissões Permanentes do Conselho; R\$ 1.000,00

b) Garantir a participação de conselheiros de saúde em eventos, oficinas, reuniões, comissões, seminários, conferências entre outros eventos que possam fortalecer a atuação do Controle Social. R\$ 43.000,00

Subtotal R\$ 44.000,00

#### 3- Capacitações para conselheiros locais e lideranças comunitárias

a) Realizar Capacitações por regional de saúde, proporcionando fácil acesso aos conselheiros locais e lideranças comunitárias, lembrando que é de responsabilidade do CMS capacitar os conselhos locais; R\$ 7.000,00

Subtotal R\$ 7.000,00

#### 4- Fórum de mobilização: Dia Mundial da Saúde

a) Promover atividades, como oficinas, seminários, audiências públicas, ampliando a participação, para debater a precarização e privatização da gestão do SUS (OS, OSCIPS e outros) e outros temas, afim de sensibilizar a sociedade; R\$ 5.000,00

Subtotal R\$ 5.000,00

#### 5- Fórum de discussão das propostas das últimas conferências de saúde

a) Organizar a discussão e avaliação das propostas aprovadas nas últimas Conferências Municipais de Saúde; R\$ 1.000,00



<i>Subtotal</i>		<i>R\$ 1.000,00</i>
<b>6- IX Conferência Municipal de Saúde: “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”.</b>		
a) Garantir recursos para a organização e realização da conferência, R\$ 10.000,00 incluindo ampla divulgação, local acessível, despesas com palestrantes e materiais, entre outros que se fizerem necessários para garantir o sucesso do evento;		
<i>Subtotal</i>		<i>R\$ 10.000,00</i>
<b>7- Comissões Permanentes e Temporárias</b>		
a) Coffee break		R\$ 5.000,00
<i>Subtotal</i>		<i>R\$ 5.000,00</i>
<b>8- Publicidade</b>		
a) Elaboração e Distribuição de Cartilhas Educativas sobre o Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde;		
b) Confecção de Camisetas;		
c) Elaboração e distribuição de folderes dos eventos e atividades do CMS-Jlle, divulgação na mídia escrita, falada e televisada;		
d) Manter atualizado o link do conselho na página da SMS e o Blog do Conselho, bem como outras ferramentas de divulgação do Controle Social no município (twitter, e_mail, etc);		
<i>Subtotal</i>		<i>R\$ 16.000,00</i>
<b>9- Secretaria Executiva</b>		
a) Garantir estrutura física, recursos humanos e equipamentos para fortalecer a atuação da secretaria no assessoramento ao pleno, aos conselhos locais e as comissões do conselho;		
b) Assegurar a capacitação dos funcionários da secretaria executiva ;		
<i>Subtotal</i>		<i>R\$ 15.000,00</i>
<b>10- Recursos</b>		
a) Garantir recursos para a realização das atividades do Conselho Municipal de Saúde 2011;		Sem Custos (compromisso individual e coletivo)
b) Identificar as Portarias que destinam verba para o Controle Social e assegurar que estas sejam cumpridas;		
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 114.000,00”</b>

130

135

**O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. 2.8 “PARECER Nº16/2011 REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012 Considerando, - o documento Revisão do Plano Plurianual 2012, entregue ao Conselho Municipal de Saúde em 03.02.2011; - a revisão realizada pelos conselhos locais, onde foram avaliadas as propostas de cada Regional; - a apresentação do referido documento em assembleia deste conselho, em 28.02.2011; - que esta comissão revisou os itens relativos à Vigilância em Saúde, Referência, Apoio Administrativo, Pronto Atendimentos e hospitais, estando de acordo com a proposta apresentada, SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012”. Manifestações:** A Presidente questionou se neste Planejamento a SMS focou a atenção no fortalecimento da Atenção Básica. Michele de Souza Andrade, representante da SMS, respondeu que a Secretaria tem a Atenção Básica como prioridade, sendo que praticamente todas as

Unidades de Saúde foram contempladas com construção ou reforma. A Presidente considerou que para este fortalecimento ocorrer, é também importante mais contratações de profissionais. **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.9 “PARECER Nº 17/2011 CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, PROPOSTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DAS RESOLUÇÕES 16/1998 E 21/2010 DO CMS-JLLE (OFÍCIOS Nº 659/10 E 665/10- GUPCAA) Considerando, - as RESOLUÇÕES nº 16/1998 e 21/2010/CMS-Jlle, que determinam “que os Instrumentos de Gestão (...) sejam apresentados ao Conselho Municipal de Saúde no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antecipados à data limite estabelecida para o encaminhamento à Câmara de Vereadores (...)” - a dificuldade no cumprimento dos prazos pela Secretaria Municipal de Saúde; - os prazos estabelecidos pela Câmara de Vereadores de Joinville; SUGERE-SE: - AGENDAR REUNIÃO ENTRE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CÂMARA DE VEREADORES E CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA REDISCUTIR OS PRAZOS VIGENTES” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.10 “PARECER Nº 18/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2010 Considerando, - o balancete enviado pelo Abrigo Animal, bem como o extrato bancário e as cópias de notas fiscais e cheques, relativas ao período; - que a documentação avaliada pela comissão demonstrou transparência; SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2010.” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.11 “ PARECER Nº 19/2011 PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2010 Considerando, - o balancete enviado pelo Abrigo Animal, bem como o extrato bancário e as cópias de notas fiscais e cheques, relativas ao período; - que a documentação avaliada pela comissão demonstrou transparência; SUGERE-SE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ONG ABRIGO ANIMAL REFERENTE AOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2010.” **O Parecer foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente agradeceu ao conselheiro José Martins pela apresentação, e parabenizou a Comissão pelo bom trabalho que vem realizando. Na sequência, informou a necessidade de realização de uma assembleia extraordinária, solicitando a aprovação para o dia dezesseis de maio. Falou também da solicitação da SMS, referente a necessidade de se fazer alguns ajustes no Plano Municipal corrente, sendo que para cumprimento dos prazos, o documento seria encaminhado à CAI, para ser apresentado e colocado em aprovação nesta próxima assembleia. **A assembleia extraordinária e o encaminhamento à CAI foram aprovados pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.12 Senhor Eduardo, membro da Associação Arco-Íris, cumprimentou todos os presentes, e explicou que a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBT, do Ministério da Saúde, é uma Política simples, mas que reflete alguns preconceitos. Acrescentou que compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde, e requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença. Destacou que é preciso compreender, por outro lado, que estas formas de preconceito não ocorrem de maneira isolada das outras formas de discriminação social, como o machismo, racismo, misoginia. Pontuou que a Política está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988, art. 1.º, inc. II e III), reforçados no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, art. 3.º, inc. IV), e diante da complexidade da situação de saúde do grupo LGBT e, especialmente, diante das evidências que a orientação sexual e a identidade de gênero têm na determinação social e cultural da saúde, o Ministério da Saúde construiu essa Política para o SUS, considerando que o maior e mais profundo sofrimento é aquele decorrente da discriminação e preconceito, e são as repercussões e as consequências destes preconceitos que compõe o

principal objeto desta Política. Citou exemplo de desigualdade de acesso aos serviços de saúde por  
lésbicas e mulheres bissexuais que procuram atendimento de saúde: cerca de 40% não revelam sua  
orientação sexual; entre as mulheres que revelaram vinte e oito por cento referem maior rapidez do  
atendimento do médico, e dezessete por cento afirmam que estes deixaram de solicitar exames  
considerados por elas como necessários. Considerou que o *“intenso sofrimento de pessoas  
transexuais ao não se reconhecerem no corpo biológico leva a diversos distúrbios de ordem  
psicológica acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio”* (Arán, 2009-), e a falta  
de respeito ao nome escolhido pelas pessoas travestis e transexuais se configura como uma  
violência que acontece diariamente nas suas vidas sociais. Falou da maior vulnerabilidade ao  
vírus HIV para gays e bissexuais masculinos, condição associada diretamente às homofobias e  
segregação a qual estão expostos, especialmente os mais jovens, pois a impossibilidade de  
manifestar sua orientação sexual no interior da família e nos locais públicos define para os gays o  
destino do exercício clandestino da sexualidade. Relacionado aos desafios, mencionou que os  
desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS serão relativamente  
fáceis de serem superados, mais difícil, entretanto, será a superação do preconceito e da  
discriminação que requer, de cada um e do coletivo, mudanças de valores baseadas no respeito às  
diferenças. Citou o objetivo geral, que é promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais,  
travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a  
redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e  
equânime, visto que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na  
determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do  
preconceito e do estigma social reservado às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.  
Falou dos pontos onde a Secretaria Municipal de Saúde poderia atuar: implementar a Política no  
município, incluindo metas de acordo aos seus objetivos; identificar as necessidades de saúde de  
LGBT no município; garantir a inclusão desta Política no Plano Municipal de Saúde e no PPA  
setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais; estabelecer  
mecanismos de monitoramento e avaliação de gestão e do impacto da implementação desta Política;  
inserir o conteúdo da Política LGBT nos cursos que compõe a educação permanente de  
trabalhadores da saúde; articular outros setores de políticas sociais, incluindo instituições  
governamentais e não-governamentais, com vistas a contribuir no processo de melhoria das  
condições de vida de LGBT em conformidade com a Política; apoiar a participação social de LGBT nos  
Conselhos Municipais, conferências e todos os processos participativos; apoiar iniciativas da  
população e dos movimentos sociais que visem o empoderamento e fortalecimento da  
população LGBT, incluindo práticas de educação popular, organização política e outros.  
**Manifestações:** conselheira Michele de Souza Andrade, parabenizou a apresentação, e colocou a  
SMS à disposição da Associação, dizendo que é preciso pensar como serão as ações da SMS  
dirigidas a essa população. Conselheiro Mendes José Maulli, perguntou quais são as ações tomadas  
pela Associação Arco-Íris junto à população. Senhor Eduardo respondeu que o objetivo da Associação  
é contribuir na diminuição da discriminação e do preconceito. A Presidente parabenizou a  
apresentação, e sugeriu o encaminhamento à CAI, com o objetivo de trabalhar a fim de que esta  
Política seja implantada no município. **O encaminhamento à CAI foi aprovada pela maioria dos  
conselheiros presentes.** Senhor Eduardo agradeceu pela atenção do CMS, e também colocou-se à  
disposição do Conselho. **2.13** Senhor José Fausto, coordenador do Centro de Referência em Saúde  
do Trabalhador-CEREST, cumprimentou todos os presentes, e passou a apresentar o Plano de Ação  
2011 conforme Anexo I desta ata. **Manifestações:** conselheira Mirele Aparecida Muniz Pereira,  
questionou porquê não há previsão de contratação de um assistente social, sendo este também um  
profissional de saúde. Senhor José Fausto respondeu que o CEREST é um Centro de Referência, e  
não de assistência. Conselheiro Mendes perguntou sobre o andamento da construção da sede do  
CEREST. Senhor Fausto respondeu que as obras já foram retomadas, e a previsão de término é para  
o mês de outubro deste ano. Conselheiro Reginaldo Herculano de Mello, questionou se os custos para  
manter o CEREST são provenientes apenas do município, considerando que a sua atuação é  
macrorregional. Senhor Fausto esclareceu que o CEREST recebe um valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil  
Reais) mensais da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador-RENAST para



atendimento da macrorregião. A Presidente agradeceu a apresentação. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.14 Doutora Tamara, Diretora Técnica da Associação de Reabilitação da Criança Deficiente-ARCD, cumprimentou todos presentes, e prestou alguns esclarecimentos técnicos, conforme Anexo II desta ata. Na sequência, passou a palavra ao senhor Jeovane Nascimento do Rosário, Diretor Administrativo e Financeiro, que apresentou a prestação de contas financeira, conforme Anexo III desta ata. Após a apresentação, senhor Jeovane anunciou sua saída da Instituição, mas colocou-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas, visto que esta prestação de contas refere-se ao ano de sua gestão. A Presidente agradeceu pela apresentação. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Em seguida, conselheiro Mario Ivo Maiochi, membro da Comissão de Assuntos Externos-CAE, procedeu à leitura do ofício nº 073/2011/CAE, encaminhado à Mesa Diretora, conforme segue: “*Senhora Presidente, Considerando as visitas já realizadas pela Comissão de Assuntos Externos à estabelecimentos de serviços de saúde do município de Joinville, relacionamos abaixo os objetivos da comissão nessas ações: - acompanhamento e fiscalização das ações em saúde no município de Joinville; - antecipação aos acontecimentos (ex. Denúncia HMSJ); - emitir relatórios apontando os problemas encontrados e sugerindo soluções; - acompanhar o desenvolvimento de obras e instalações; - atender às demandas do Conselho Municipal de Saúde.*” Devido a falta de quorum, a Presidente informou que este assunto entrará em Pauta na próxima reunião, bem como a recomposição da CAE. **INFORMES GERAIS:** 1) A Secretaria Executiva do Conselho informa a necessidade de recomposição da Comissão de Assuntos Externos; 2) Curso de Capacitação à Distância em Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT), direcionado aos profissionais de saúde do SUS que atuam na Vigilância em Saúde, financiado pelo Ministério da Saúde. Maiores informações no site: <http://paginas.ufrgs.br/dant>; 3) IV Seminário de Atualização em Gerontologia, a se realizar no dia 04 de junho de 2011, na UNIP- São Paulo, aberto a profissionais, estudantes e interessados. Informações: (47) 3433-8659/ 3433-5975; 4) Divulgação do evento: Gestão Estratégica- I Simpósio de Qualidade do Hospital Hans Dieter Schmidt, dia 27.04.2011, das 8h às 16h, no Centro Diocesano. Inscrições pelo e-mail: [dephrhds@saude.sc.gov.br](mailto:dephrhds@saude.sc.gov.br), e serão gratuitas até o dia 20.04.2011. Informações: (47) 3461-5588/ 3461-5582; 5) O CEREST está promovendo a Semana de Segurança e Saúde no Trabalho, de 25 a 28 de abril de 2011, com palestras itinerantes. Informações: (47) 3422-2925. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS-Jlle Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a ducentésima segunda Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e quarenta minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Fabrício Machado, Paulo Fernando Vieira, Heloisa Walter de Oliveira, Mirele Aparecida Muniz Pereira, Ademar Marcelo Soares, Carlos José Serapião, Jeovane Nascimento Rosário, Julio Theodoro Moraes, Edgar Lichacovski Filho, Marineusa Gimenes, Nelson Renato Esteves, Martha Maria Vieira de S A Artilheiro, Valério Rodrigues, Maria Leonora Rossi, Miriam Hoffmann Rodrigues, João Fábio Salles da Silva, Denise da Silva Gava, Mario Bruckheimer, Elza Olegini Bonassa, Antônio Carlos Fernandes Vieira, Julio Manoel Maria, Elza Francisco, Alessandro Floriano Rosa, Mendes José Maulli, Mario Luiz Alves, Jorgete Onohara, Maria Emília Vieira Fernandes, Mauren Bruckheimer, Marli Lipinski Wuff, Roberto Tavares, Nelson Antonio de Souza, Mario Ivo Maiochi, Pedro Celestino da Silva Junior, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Otávio Budal Arins, Marcilio da Silveira, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Euclides Paterno, Reginaldo Herculano de Melo, José Martins, José Declarindo dos Santos, Josafá Távora**, três representantes dos conselhos locais de saúde, representantes da ARCD, da Associação Arco-Íris, do CEREST, e da Câmara de Vereadores. **Correção:** referente ao encaminhamento do Plano de Ação do CEREST, onde lê-se: “*encaminhamento à CAI*” leia-se “*encaminhamento à Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador-CIST*”.